

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 076/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 017/2026**

PARA APRESENTAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

O Município de Cansanção, Bahia, convoca os interessados, com base na Lei nº 14.133/2021, a apresentação de Propostas de Preços no prazo de **3 (três) dias úteis**, com vistas à Contratação de empresa para fornecimento equipamentos e materiais para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cansanção.

As propostas deverão ser enviadas através do e-mail: cotacoespmc@gmail.com, ou entregue de forma presencial no Setor de Compras do Município, situada na Avenida Tancredo Neves, 636 – Centro, Cansanção – BA, respeitando o envio até o dia 29 de maio de 2026, às 17hs00, conforme publicação PNCP – Portal Nacional de Compras Públicas.

Item	Especificação	Und	Qtd	Valor Unit	Valor Total
1	Manta Térmica Aluminizada Para Resgate e Aquecimento de Emergência- Medida 2,10 x 1,40	u	30	R\$ 14,93	R\$ 447,90
2	Colar cervical Ambu Adulto para resgate 16 posições	u	3	R\$ 89,08	R\$ 267,24
3	Tala Imobilizadora de Papelão C/ 10 - Techsul Medical Tamanho G 70 x 20	pct	10	R\$ 25,43	R\$ 254,30
4	Tala Imobilizadora de Papelão C/ 10 - Techsul Medical Tamanho M 50 x 20	pct	10	R\$ 22,56	R\$ 225,60
5	Tala Imobilizadora de Papelão C/ 10 - Techsul Medical Tamanho P 30 x 20	pct	10	R\$ 18,43	R\$ 184,30
6	Monitor de batimentos cardíacos fetal portátil Detector Fetal MD Portátil Digital FD200B	u	1	R\$ 498,13	R\$ 498,13
7	Mochila resgate RESGATE APH 192 cor vermelho para sinais vitais	u	1	R\$ 223,88	R\$ 223,88
8	Mochila de Resgate RESGATE APH 192 cor vermelho para Medicamentos e Ampolas	u	1	R\$ 213,19	R\$ 213,19
9	Cinta aranha adulto de imobilização para prancha	u	2	R\$ 117,47	R\$ 234,94

	de resgate.				
10	Bandagem de atadura israelense aph tático	u	20	R\$ 89,60	R\$ 1.792,00
11	Imobilizador Cabeça Head Block Adulto Impermeável	u	5	R\$ 132,48	R\$ 662,40
12	Torniquete militar de sobrevivência, torniquetes de combate tático, cinto de emergência médica,	u	3	R\$ 150,00	R\$ 450,00
13	Boneco de treinamento Para Rcp adulto	u	1	R\$ 965,21	R\$ 965,21
14	Manequim infantil do treinamento da obstrução das vias aéreas Modelo infantil do bebê, Ferramenta De Ensino DE RCP.	u	1	R\$ 1.934,20	R\$ 1.934,20
15	Bateria do DEA – Marcar: zoll sure power Battery pack. Ref. 8019-0535-01.	u	2	R\$ 11.023,88	R\$ 22.047,76
16	Eletrodos ECG descartável com sensor AG/AGCL PRÉ-FORMADO	pct	4	R\$ 30,06	R\$ 120,24
17	Eletrodo (PÁS) para desfibrilador Bluepad – Modelo DE-ZL2	u	1	R\$ 603,33	R\$ 603,33
Valor Total					R\$ 31.124,62

Valor estimado da contratação: R\$ R\$ 31.124,62 (trinta e um mil, cento e vinte e quatro reais e sessenta e dois centavos).

DO REGIME DE EXECUÇÃO, LOCAL E DA FORMA DA PRESTAÇÃO:

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- a) Os itens deverão ser entregues no seguinte endereço:** Avenida Tancredo Neves nº 530 Centro – Cansanção – BA, conforme emissão de Ordem de Fornecimento da unidade solicitante.
- b) Dias e horários da entrega:** De segunda a quinta, das 8h às 12h e das 14h às 17h. Às sextas-feiras das 8h às 12h.
- c) Periodicidade do fornecimento:** O fornecimento dos itens deverá ser feito de forma integral, com prazo de entrega não superior a 7 dias úteis.
- d) Início da execução do objeto:** A partir da assinatura do contrato.
- e) Prazo de execução e vigência:** 06 (seis) meses a partir da assinatura do contrato.

Local da entrega:

Local da entrega: Os itens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Tancredo Neves nº 530 Centro – Cansanção – BA, conforme emissão de Ordem de Fornecimento da unidade solicitante.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de

prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

A CONTRATADA deverá executar o fornecimento utilizando-se dos materiais e equipamentos necessários à perfeita execução, conforme ordem de solicitação emitida pela Unidade Solicitante.

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O prazo de execução será de 06 (seis) meses e o prazo de vigência da contratação será de 06 (seis) meses, a contar da assinatura do contrato, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133/2021.

O termo de contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 25 (vinte e cinco) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

O objeto deve estar acompanhado, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 03 (três) dias, o produto com avarias ou defeitos;

Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;

Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de

dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para que o objeto da contratação seja efetivado, é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as características do objeto, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei nº 14.133/2021.

Sendo assim, os documentos exigidos serão:

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro no qual tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- f) No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente;
- g) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à

atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

h) Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e outras que forem necessárias.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

b) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

b.1.1.) Comprovação de fornecimento anterior de insumos de saúde ou equipamentos de atendimento pré-hospitalar, em volume compatível com a demanda estimada, demonstrando capacidade de atendimento a cronogramas de entrega.

b.1.2.) Apresentação de atestado que comprove a execução de objeto similar, abrangendo o fornecimento concomitante de materiais de natureza distinta (clínicos, de reabilitação física ou de resgate), demonstrando que a contratada possui capacidade logística e portfólio técnico para atender às especificidades das equipes móveis e de atenção domiciliar de forma integrada.

b.2) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

b.2.1.) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor

b.3) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

DISPOSIÇÕES GERAIS

O Município de Cansanção - Bahia reserva-se no direito de impugnar a prestação de serviços, se estes não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal n.º 057, de 03 de Dezembro de 2025.

Fica eleito o foro da Comarca de Cansanção - Bahia como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

Cansanção – Bahia 26 de maio de 2026.

Elisandra Silva Dias
Dep. De Compras